

Três praças para a cidade portuguesa contemporânea
a praça geográfica, a praça estrutural e a praça relacional
Madalena Pinto da Silva

As praças têm sido tema de estudo de várias áreas de conhecimento; sobre elas se debruçam sociólogos, antropólogos, historiadores e outros estudiosos de outras tantas ciências e artes. No entanto, pensar a praça como tema de arquitectura será entendê-la na sua condição de permanência arquitectónica, no seu valor como significado urbano e na sua adequação como forma; estaremos a apelar para as noções de memória, cidade e lugar como determinantes de um projecto de praça.

O nosso objectivo é recolocarmos o tema da praça como um tema fundamental da forma da cidade contemporânea e, paralelamente, podermos formular um sistema *ordenado* de praças que contribua para articular as diferenças morfológicas da cidade actual. As questões que abordamos prendem-se, portanto, não só com a forma dos espaços públicos (o seu desenho e a sua posição – uma gramática operativa), mas também com a relação e articulação entre eles (uma ordem – uma sintaxe eficiente). Deste modo podemos traçar uma estratégia de espaços públicos que contribua para a hierarquização e caracterização da forma da cidade contemporânea.

A cidade ainda é o campo privilegiado da arquitectura, e num novo contexto urbano onde as condicionantes estão em cíclica mutação, a arquitectura dos espaços públicos deve, cada vez mais, reencontrar-se com as suas componentes estruturais de estabilidade, permanência e espacialidade e manifestar-se como realidade e presença. Contrariamente aos sistemas de composição da cidade consolidada, a natureza das novas formas de ocupação do território estabelece-se através de um processo de conexão não hierárquico, heterogéneo, que se estratifica e se modifica continuamente num processo antigenealógico, o que conduz à argumentação contínua contra a necessidade de qualquer tratado ou discurso fundacional sobre a arquitectura ou sobre a cidade.

Que praças interessam à cidade contemporânea? Quando Bernardo Secchi afirma que a imagem da cidade contemporânea já existe mas que está à espera de um projecto, sublinha a necessidade urgente de, perante as novas realidades complexas da sociedade contemporânea, se projectarem as formas que configurem a cidade como organismo.

Se é verdade que a praça volta a ser objecto de estudo e análise e sobretudo tema de vários projectos de arquitectura nas recentes reformulações dos centros históricos das cidades (sob variadíssimos pretextos) e nas recuperações de áreas degradadas de periferia ou de áreas “abandonadas” de transição, a perspectiva projectual dominante circunscreve-se a uma utilização colectiva do espaço disponível através de um desenho fragmentado e excessivo, subsidiário de outras disciplinas projectuais. O espaço público não é ele próprio pensado e projectado como arquitectura, na sua relação prevalente com a tradição e com a inovação, como forma autónoma e elemento fundamental na continuação da forma da cidade e surge, então, artificial e sequencialmente, como solução para as

áreas intersticiais produzidas pelo edificado, ou como possível unificador formal de fragmentos arquitectónicos disseminados aleatoriamente pelo território.

No estudo das praças portuguesas tradicionais, e na tomada de consciência das condições urbanas da realidade actual, encontramos campos conceptuais recorrentes que, postos em relevo, nos permitem propor três caracteres de praça para a cidade contemporânea. Geográfico, estrutural e relacional significam então, cada um deles, uma espécie de material *genético* da praça – ‘genótipo’ – que perspectiva as relações da praça com o território e com a paisagem urbana, com o sistema viário e com o edificado, ora exaltando o valor da praça como elemento singular e autónomo, ora acentuando a sua intrínseca articulação com o sistema viário onde se insere e com os edifícios que a compõem. Os nossos ‘genótipos’ de praça encerram as características que avaliamos como necessárias para se continuarem a *fazer* praças, e vinculam as circunstâncias contemporâneas que permitem a sua concretização; orientam, ainda, a possibilidade de uma reavaliação semântica do próprio conceito de praça, da significação de novos sistemas e dos lugares onde poderão inserir-se. Pretende-se, finalmente, garantir a continuidade da efectiva diversidade formal da praça, mas ressalva-se, sempre, a sua condição histórica de elemento urbano essencial à cidade.

Com a nossa proposta de três ‘génotipos’ de praça para a cidade contemporânea – a praça geográfica, a praça estrutural e a praça relacional – reafirmamos a necessária escolha do sítio, como determinante para a caracterização urbana do território e para a definição dos seus lugares arquitectónicos; insistimos na importância de uma hierarquização viária, como condicionante de uma malha unitária e diversificada; e reivindicamos a condição pública dos edifícios excepcionais da cidade, como elementos essenciais na composição da forma da cidade contemporânea.

No território, determinados sítios excepcionais na paisagem natural foram sendo eleitos como lugares especiais de edificação. Esta escolha criteriosa celebrava o carácter extraordinário do sítio, e consagrava a natureza como desígnio do homem, entendido na sua mais profunda antinomia: a aspiração suprema à sua completude (a natureza como conceito demiúrgico) e a necessidade constante da sua transformação (a natureza como lugar de habitabilidade). Natureza e lugar edificado constituíam-se, então, como um conjunto que tanto potenciava o carácter mágico da paisagem, como demonstrava a capacidade de se adequar às diferentes formas de habitabilidade, iniciando-se, assim, o processo de fixação do homem e de uma *urbanidade* geográfica. Pensamos que apesar dos sítios virtuais ou das topologias variáveis, é na condição geográfica do sítio público, que pretendemos encontrar um dos desígnios da percepção formal da cidade contemporânea.

Na interpretação do território disponível para o crescimento da cidade contemporânea, e na re-avaliação de algumas das características das praças portuguesas (nomeadamente as que têm como génese rossios ou cais, as que se configuram como praças abertas, ou aquelas que se isolam de um sistema identificável de espaços públicos), julgamos ter encontrado as condições de concretização do nosso ‘genótipo’ de praça geográfica. A praça geográfica será, então, toda a praça cuja origem depende essencialmente das condicionantes geográficas e paisagísticas do lugar, que se conforma numa clara relação com o território, e que se autonomiza como construção da paisagem.

A construção da cidade contemporânea debate-se entre duas cenografias urbanas difíceis de conciliar ou de resolver distintamente: a que se desenvolve a partir da mega estrutura viária, territorial, ditada por estratégias direccionadas para a resolução das novas mobilidades, e a que se estrutura, ainda, numa cultura urbana que tem na rua um dos seus temas fundamentais de composição. Estas duas escalas da arquitectura do território não são, no entanto, conformadas por uma edificação que as distinga ou harmonize. Da análise efectuada sobre as idiosincrasias da cidade actual (a disposição marginal do novo edificado em relação às grandes infra-estruturas viárias, a frequente submissão do traçado dos arruamentos tradicionais ao protagonismo do objecto arquitectónico) e, paralelamente, do estudo que realizámos sobre as praças portuguesas tradicionais (nomeadamente aquelas que têm como génese o largo e as que se inserem sequencialmente num sistema ordenado de espaços públicos), começou a ganhar forma a nossa proposta de ‘genótipo’ de praça estrutural.

A praça estrutural será a praça de repetição da cidade contemporânea que define pontos importantes e potenciadores de diferentes ‘urbanidades’. A possível e desejada articulação entre este tipo de praças favorece uma continuidade que articula as redes heterogéneas e diversificadas que compõem hoje a cidade. A praça estrutural poderá, porventura, recompor o esqueleto construtor de um sistema de espaços públicos que articulava zonas distintas da cidade e que reforçava as suas diferentes naturezas.

A vulgarização do significado de ‘excepção arquitectónica’, pela construção contínua de edifícios singulares, únicos e inventivos, constitui um dos problemas na construção da cidade contemporânea. Paralelamente, assiste-se à desvalorização do conceito de tecido, num contexto onde dificilmente se identifica uma composição urbana ou os indícios de uma nova ordem. Reconhecendo, no entanto, a singularidade de alguns edifícios dos novos territórios urbanizados e a sua condição de excepção, detectamos, em muitos casos, a incapacidade de regularização dos vastos espaços abertos que os acompanham funcionalmente, e a incapacidade de se desenhar esses espaços como forma principal de inter-mediação com o circunstante e com o solo (suporte e confronto inevitável), com a natureza geográfica e técnica, e com (ou conscientemente contra) a profundidade histórica da sua constituição. Assim, quer através do estudo das praças tradicionais portuguesas (nomeadamente as que têm na sua génese adros e terreiros; as que se configuram como praças de fachada; ou aquelas a que denominamos praças volume), quer através da avaliação do significado e da persistência de uma arquitectura a que possamos qualificar como singular, julgamos ter encontrado as condições de concretização do nosso ‘genótipo’ de praça relacional para a cidade contemporânea.

A praça relacional será, então, a praça que reforça a característica de utilidade colectiva do edifício de excepção que lhe deu origem, e a que confere uma identidade urbana ao espaço subjacente ao edificado – a de espaço inequivocamente público, recuperando a antinomia e a tradicional complementaridade entre público e privado.

As praças deverão revelar-se como uma espécie de referente urbano que, no desenvolvimento do seu significado autónomo, na exploração da sua continuidade estrutural e no equacionar da sua contiguidade com o edificado, nos

anunciem a possibilidade de uma ordem. Uma ordem não apenas aparente mas real, caracterizada por um equilíbrio entre espaço público e edificado, e cuja construção é feita de repetições e semelhanças, alinhamentos, justaposições, homogeneidades, hierarquias e excepções. Uma ordem que pudesse produzir um sistema ordenado de referências, uma forma.

Para concluir, diríamos que os nossos génotipos de praças - a praça geográfica, a praça estrutural e a praça relacional :

- identificam um dos materiais genético que a cidade dispõe para se redesenhar;
- autonomizam a praça como um dos factos urbanos nucleares da cidade;
- atribuem à praça uma capacidade de articulação sistémica;
- e revelam a sua competência no controlo das próprias arquitecturas.

O trabalho que finalizamos não se apresenta como a prescrição para as diferentes patologias da cidade actual, mas equaciona um conjunto de procedimentos que concluímos como essenciais:

- fundamenta a urgência de se identificar na cidade dispersa os seus lugares excepcionais;
- de se distinguir os seus diferentes tecidos viários;
- e de se hierarquizar as suas arquitecturas singulares.
- manifesta a necessidade de sistemas contínuos, enunciados nos três génotipos de praças, o que predispõe a possibilidade de uma ordem, entendida não como um dado, mas como um resultado, sempre provisório mas sempre necessário.
- elabora uma sequência de praças, como vínculos de um processo, que permita recuperar as diferentes escalas de intervenção, próprias do projecto.
- reafirma, ainda, o significado da praça, como elemento urbano fundamental na forma da cidade e no valor da urbanidade.

Como refere Bruno Fortier “se a cidade para a qual caminhamos não é nem a antiga nem a moderna, mas – através de uma consolidação da primeira e uma modificação da segunda –, é qualquer coisa como uma *terceira cidade* que interpreta as duas contemporaneamente, (...) se estamos fascinados por uma e prisioneiros de outra – incapazes de retornar à cidade de outrora mas seguros que a cidade nunca desaparecerá –, então esta autorização que nos concedemos para lidar com as suas formas e com as suas memórias pode constituir-se como um repto capital.”

Nota - Este artigo apoia-se na tese de doutoramento da autora “Forma e circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea” apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em Dezembro de 2009.